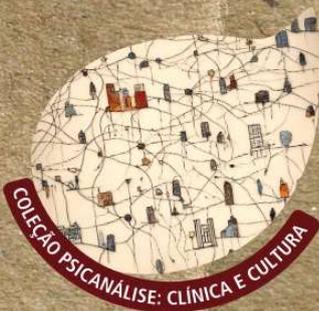


PSICANÁLISE
&
TECNOLOGIAS
sociais

Organizadoras

Andrea Gabriela Ferrari
Cláudia Perrone
Simone Moschen

Volume 1



Copyright © Editora CirKula LTDA, 2023.

1º edição - 2023 - Volume 1

REVISÃO: Mauro Meirelles e Gustavo Duarte

PREPARAÇÃO DOS ORIGINAIS, NORMATIZAÇÃO E EDIÇÃO:
Mauro Meirelles

DIAGRAMAÇÃO: Luciana Hoppe

CAPA: Luciana Hoppe

Imagem da Capa: Luisa Roos

TIRAGEM: 125 exemplares

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO -CIP

P974 Psicanálise e tecnologias sociais / organizadoras Andrea Gabriela Ferrari, Cláudia Perrone, Simone Moschen. – 1.ed. – Porto Alegre: Cirkula, 2023.
218 p. : il. – (Coleção Psicanálise: Clínica e Cultura)

ISBN: 978-85-7150-048-8

1.Psicanálise – Tecnologia social. 2. Escuta psicanalítica. 3. Saúde mental – Políticas públicas. 4. Educação infantil. 5. Psicanálise – Pesquisa. 6. Cuidado da criança. I. Ferrari, Andrea Gabriela. II. Perrone, Cláudia. III. Moschen, Simone. IV. Série.

CDU: 159.964.2

Bibliotecária responsável: Jacira Gil Bernardes – CRB 10/463

Todos os direitos reservados à Editora CirKula LTDA.
A reprodução não autorizada desta publicação, no todo ou em parte, constitui violação de direitos autorais (Lei 9.610/98).

Editora CirKula

Av. Osvaldo Aranha, 522 - Bomfim

Porto Alegre - RS - CEP: 90035-190

e-mail: editora@cirkula.com.br

Loja Virtual: www.livrariacirkula.com.br

Este livro foi submetido à revisão por pares, conforme exigem as regras do Qualis Livros da CAPES.

Capítulo 2

As neurociências e uma nova ontologia humana ou do colonialismo cerebral

José Geraldo Soares Damico
Rogério da Costa Fortes

Introdução

Na recente obra publicada no Brasil que se intitula “Brutalismo” (2021), o pensador camaronês Achille Mbembe sustenta que a lógica extrativista-capitalista deu um passo a mais: nosso impacto sobre o planeta é tal que a “humanidade se tornou uma força geológica”. Visto sob este ângulo, a função dos poderes contemporâneos é, mais do que nunca, tornar possível a extração” (MBEMBE, 2021, p. 12). A diferença é que o material exposto à extração é o corpo humano, cuja capacidade de resistência cabe reprimir ou dismantelar, submetendo-o a todo tipo de procedimentos ou situações que provocam intoxicações, anomalias congênitas, perturbações neurológicas e hormonais. Ou seja, há uma espécie de “destruição criadora”, geológica, molecular e neurológica.

A reconfiguração da espécie humana almejada e efetuada, entre outras, pelas mudanças na biosfera e na tecnoesfera busca se não “abolir a sociedade, ao menos esculpi-la e, eventualmente, substituí-la por um nanomundo, o dos dispositivos celulares, neuronais e computacionais”

(MBEMBE, 2021, p. 15). Em última análise, o projeto do brutalismo consiste em transformar os humanos em matéria e energia disponíveis para a extração, tal como vem ocorrendo com o planeta desde o antropoceno.

Mais do que nunca, a função do poder, diz Mbembe (idem), é tornar possível a extração. Isto exige intensificar a repressão utilizando “a lei para multiplicar os estados de exceção e dismantelar a resistência”. Segue o autor: “A perfuração de mentes e corpos faz parte” dessa repressão, pois “a fratura, o fissuramento e o esgotamento não concernem apenas aos recursos, mas também aos corpos vivos expostos ao esgotamento físico e a todos os tipos de riscos biológicos, às vezes invisíveis”.

O telúrico, o biológico e o neurotecnológico convergem nesta lógica extrativa-criativa que Mbembe descreve com crueza – a cada novo estado de exceção –, sua mobilidade se restringe mais e suas possibilidades de fazer parte do sistema minguam. Pois, sugere Mbembe, o desejo da maioria de nós, inclusive daqueles que se insubordinam contra o sistema, não é mudá-lo, mas ser aceitos nele com todos os privilégios.

Trata-se de uma análise crua que visa destrinchar a sua incidência direta e molecular sobre os corpos, com seus efeitos deletérios, corporais e subjetivos. Dando consequência ao que já vinha construindo com o ensaio *Necropolítica* (MBEMBE, 2018), com as obras *Políticas de Inimizade* (MBEMBE, 2017) e *Crítica da Razão Negra* (MBEMBE, 2019). Mbembe utiliza-se de certas grades de inteligibilidade para problematizar as novas técnicas bionecropolíticas que se exercem diretamente sobre os corpos: fraturação, fissurização e esgotamento.

Diferentemente de Foucault, Mbembe localiza sua análise a partir do continente africano e esse processo, ou essa

matriz, de um poder obcecado em demolir. Nessa perspectiva, foi incluído um feixe de relações que o autor batizou de devir-negro do mundo, na medida em que se trata de um processo global que pretende dispor dos corpos de largas parcelas da população tal como na colonização o escravagismo tomou de assalto o corpo negro proveniente da África (MBEMBE, 2021). O autor afirma ter compreendido que o continente africano “não passava, na verdade, de um laboratório de mutações de ordem planetária. Desde então, foi a essa virada planetária do predicado africano e a seu aparelho, o devir-africano do mundo, que, junto a outros, me atrelei” (MBEMBE, 2021, p. 13).

Mbembe busca condensar essa convergência absolutamente estreita que nós observamos entre a razão política, o atual estágio do capitalismo e a lógica da “nova tecnologia”, que intervém em nossas existências, e um tipo de violência da qual, ao mesmo tempo, os corpos, os cérebros e a natureza são os alvos.

Mas outros componentes entram na análise dos mecanismos de poder atuais. Já no livro *Crítica da Razão Negra* (2019), Mbembe alertava para o fato de que o que se fez com os negros no passado se expandia atualmente para camadas cada vez mais amplas da população. O escravagismo e o colonialismo terão revelado também a dimensão patriarcal, fálica, orgástica, da ordem da tumescência, da penetração, de um regime de gozo virtualmente infinito dos corpos racializados pela dominação genital do colonizador. É o que o historiador chama de “virilismo”, através do qual o homem branco, tão reprimido em seu continente de origem, libera sem culpa e descarrega sobre o corpo racializado do nativo toda sua volúpia antes contida. A Colônia terá sido o labo-

ratório para uma experimentação concreta da relação entre poder e sexo, e da inscrição do poder dominador sobre o corpo racializado, erotizado e subjugado do dominado.

Peter Pál Pelbart (2020, p. 8) ao discutir a mutação do poder contemporâneo interpreta na trilha deixada por Mbembe que,

as pulsões sexuais e sádicas terão encontrado aí um terreno de liberação irrefreada, que renunciavam, talvez, o que o neoliberalismo retomou à sua maneira. A colônia como um buraco, onde se despeja e se experimenta toda a agressividade, o fantasma da posse e possessão absolutas. Nesse buraco, assiste-se à produção de um corpo aviltável ao infinito à mercê do gozo do colono obcecado pelo ato sexual, investindo, portanto, num corpo que deve dar conta das fantasias as mais perversas. Resta o falo que para ser, tem necessidade do Outro apenas como suporte para sua própria manifestação, em busca de seu momento epifânico em que expressa e afirma seu poder infinito.

Nesta direção abordaremos ao longo deste ensaio a emergência do cerebrarismo em detrimento da alma. A chave de análise que utilizaremos busca apontar a existência de uma convergência histórica entre esses processos políticos que demarcam uma modulação do capitalismo e do racismo como racionalidade de governo que se intensificam no último quarto do Século XX e que se presentificam nas primeiras décadas do Século XXI.

O racismo é parte estruturante do poder colonial que tem sido sistematicamente reabsorvido e incorporado ao longo das modulações que o capitalismo sofreu. Sua função geral tem sido basicamente extirpar a possibilidade de que as crises capitalistas sejam respondidas através de uma luta que articule os segmentos expropriados e vulnerabilizados

da sociedade. Assim é possível compreender que nos últimos cinquenta anos, tem se fortalecido a crença de que nossos cérebros têm a chave para a descoberta sobre o que somos. Essa crença vem progressivamente se difundindo em vários domínios conectados entre si e que no escopo do texto focaremos nas chamadas Neurociências, que têm proposto, em larga medida, uma nova agenda redescritiva do mundo e da vida, provocando uma redefinição da ontologia humana na contemporaneidade¹.

Neste prisma, os avanços neurocientíficos estariam começando a desvendar os processos que fazem a nossa humanidade possível como indivíduos, como sociedades e como espécie a partir de aspectos cerebrais (ROSE e ABI-RACHED, 2013). Nossos próprios genes passariam a ser compreendidos como a matéria de nossa essência individuada – nossa *alma* –, alterando conseqüentemente nosso estatuto sobre o que seria *ser* um *humano* (SFEZ, 1996). O discurso neurocientífico traz, ainda, como promessa implícita, a utopia de uma “reunificação” do homem pelo cérebro e pelos genes (WOLFF, 2012). Em certa medida, é possível supor que uma das teses centrais derivadas dessa formação discursiva é de que os aspectos cerebrais definem aquilo que somos.

De fato, o aspecto cerebral de nossa existência tem ocupado lugar de destaque no imaginário contemporâneo oci-

¹ É preciso salientar, que este artigo, é tributário em larga medida da obra do Psicanalista: Benilton Bezerra Junior “Freud e as Neurociências: Projeto para uma Psicologia Científica” (2013, ver Referências). A obra nos provocou a pensar sobre a atual querela entre Psicanálise e Neurociência, e, neste sentido, elegemos para o escopo deste artigo discutir certos slogans neurocientíficos sobre o humano no contemporâneo, o fato de não cotejarmos a relação Psicanálise e Neurociência contrastando suas diferenças e pontos de contato, deve-se mais a necessidade de dar consistência ao texto do que a reificação de dicotomias, que no nosso ponto de vista, pouco auxiliam no avanço acadêmico e clínico.

dental. Desse modo, estaríamos vivendo um *novo tempo* e uma *nova ordem* a partir das Ciências do Cérebro: um “tempo de cérebro” (RIBEIRO, 2013, p. 7) e uma “nova ordem cerebral” (AZIZE, 2008). Nossos cérebros, ao adquirirem centralidade nas narrativas contemporâneas, também se tornam chaves de inteligibilidade, para a compreensão de certos setores acadêmicos e políticos, de *quem somos* e *o que somos* nos contextos sociopolíticos avançados, propondo clivagens nas maneiras de pensar sobre nós mesmos: nossas vidas psicológicas, nossos hábitos, nossas relações sociais, nossos valores e compromissos éticos, assim como nossas percepções (ROSE e ABI-RACHED, 2013).

A força de tais narrativas cerebralistas pode ser verificada através da ascensão da retórica biomédica e neurocientífica, que tem alcançado quase todos os domínios da vida, realizando uma série de prescrições de como viver e até como intervir em determinadas políticas públicas e sociais (educacionais, jurídicas e econômicas), ditando assim modos adequados de levar a vida (LISBOA e ZORZANELLI, 2014).

Nesse sentido, Vidal (2011) já havia alertado que a redução da identidade à cerebralidade e do corpo próprio ao cérebro pode acarretar a relegação da experiência vivida, da história do sujeito, do contexto social ou de seus modos de se constituir no mundo. Dito de outro modo, trata-se de uma definição essencialista e estável de subjetividade e de humanidade, agora exteriorizada no corpo e no órgão cerebral. Para Vidal (2011), a definição cerebralista de homem pode acarretar graves consequências sociais, como decisões políticas, jurídicas ou médicas equivocadas – dependendo do modo como se pensa e age sobre o homem ou, ainda, sobre aquilo que é considerado como um aspecto humano ou não.

O presente artigo problematiza a partir das premissas acima colocadas o discurso da *expertise* neurocientífica no que se refere à produção de verdade acerca da caracterização de uma ética, uma moral e uma ontologia humana a partir da concepção das Neurociências. Utilizamos para tanto, um deslizamento da clássica trilogia foucaultiana (*saber-poder-si*) para as formulações derivadas da concepção de biopoder contemporâneo, tal como apresentado por Paul Rabinow e Nikolas Rose: discursos *experts*; jogos de poder; modos de subjetivação, mas dando acento a necropolítica mbembiana.

Colonialismo Cerebral e Bio-necropolítica contemporânea

Em contextos de capitalismo avançado o lugar que a retórica cerebralista ocupa, assinala uma determinada bio-necropolítica típica de nosso tempo². Tais discursos praticados – tais práticas discursivas – têm produzido sentidos em nós e subjetivam nosso de modo de compreender o mundo.

Vale frisar que, conforme Rose (2011, p. 42), nossa “relação com nós mesmos” assumiu a forma atual porque tem sido “objeto de toda uma variedade de esquemas mais ou menos racionalizados, que têm buscado moldar nossa maneira de entender e encenar nossa existência como seres

2 Neologismo que operamos para fins deste artigo em que Biopolítica, que nas palavras de Rabinow e Rose (2006) consiste em “estratégias específicas e contestações sobre as problematizações da vitalidade humana coletiva, morbidade e mortalidade, sobre as formas de conhecimento, regimes de autoridade e práticas de intervenção que são desejáveis, legítimas e eficazes” (RABINOW e ROSE, 2006, p. 28). Enquanto para Mbembe, Necropolítica é a capacidade de estabelecer parâmetros em que a submissão da vida pela morte está legitimada. Para Mbembe, a necropolítica não se dá só por uma instrumentalização da vida, mas também pela destruição dos corpos. Não é só deixar morrer, é fazer morrer também (MBEMBE, 2018).

humanos em nome de certos objetivos”³. A ênfase nos aspectos cerebrais de nossa existência – a *cerebralidade* como propriedade definidora do que é humano – pode ser interpretada como um desses projetos atualizados no discurso científico. De outro modo, pode-se conceber a constituição de um saber – o Cerebralismo – como pano de fundo de um determinado conjunto de ciências – as Neurociências.

A ideia do Cerebralismo tem se constituído como um traço central na concepção de pessoa moderna, tornando o cérebro um personagem crucial para a nossa definição de identidade pessoal, de indivíduo e de sujeito (EHRENBERG, 2009; ROSE e ABI-RACHED, 2013; AZIZE, 2010; ORTEGA e ZORZANELLI, 2010).

Destarte, o cérebro passa a ser compreendido como o único órgão do corpo absolutamente imprescindível para que sejamos nós mesmos, levando a uma crescente identificação do que somos com nosso cérebro, alçando o órgão a um lugar privilegiado na representação da individualidade e subjetividade em termos corporais. Nesse contexto, crenças, desejos, vontades e comportamentos cada vez mais passam a ser descritos num vocabulário cerebral ou neuroquímico.

Considerando que o discurso do cérebro se apoia na definição do que é humano, assujeitando os humanos a partir de seu imperativo de verdade e produzido novos modos de subjetivação, realizaremos esta problematização a partir de uma noção que engloba ao mesmo tempo uma nova definição de humanidade, a encampação de uma série de domínios a partir do discurso *neuro* e o surgimento de uma

³ Entre os objetivos que têm sido colocados como finalidade de nossa existência, Rose (2011, p. 42) refere que se trata de uma lista tão heterogênea e diversa quanto interminável: “masculinidade, feminilidade, honra, modéstia, propriedade, civilidade, disciplina, distinção, eficiência, harmonia, satisfação, virtude, prazer”, entre outros.

categoria de pessoa desenvolvida mediante o conhecimento *expert*. Trata-se de figura antropológica denominada por diferentes autores de *sujeito Cerebral* (EHRENBERG, 2009; ORTEGA, 2008, 2009) que, de modo abrangente, melhor traduz a ascensão do discurso cerebralista ao longo dos Séculos XX e XXI.

O Sujeito Cerebral.. e o discurso do cérebro criou um novo homem

O profético título *E o cérebro criou o homem* (2011), do livro de António Damásio, pretende destacar a primazia dos aspectos cerebrais de nossa condição humana. Analisando a figura do *sujeito cerebral* através de uma perspectiva antropológica, poderíamos hipoteticamente reinterpretar tal título de modo inverso: *E o discurso do cérebro criou um novo homem*. Refere-se a uma figura antropológica em emergência que indica uma série de práticas, discursos, formas de pensar sobre si e o outro que tomam como base a ideia de que o cérebro é órgão exclusivamente necessário para construir nossa identidade saudável ou doente.

Trata-se de uma definição mais ampla que a antiga concepção de *Homo cerebralis* do Século XIX ou até de *Homo neuronal*, pois designa uma figura de humanidade – o ser humano como cérebro – como uma diversidade grande de inscrições imaginárias, dentro e fora dos campos neurocientíficos. A concepção de *sujeito cerebral* pode ser interpretada como mais uma versão de uma concepção estável e universal de *sujeito* surgida como uma das condições de possibilidade de projetos emergentes que visam a remodelar as ciências por meio do entrecruzamento de forças dos discursos e práticas sociais das Ciências Biológicas, de uma

cultura somática (ORTEGA, 2008) e de uma biopolítica fortemente marcada pelo viés econômico – uma *biopolítica bioeconômica* (ROSE, 2013).

Ao transformar o corpo no nível orgânico e remodelar a vitalidade a partir de dentro, Rose (2013, p. 37) observa que as tecnologias de incrementação molecular têm tornado o homem “ainda mais biológico”. Assim, a reflexão sobre “quem somos” passa inevitavelmente sobre “como somos”, dando à concepção de corpo biológico uma dimensão central na nossa existência. No devir utópico de uma “saúde perfeita”, a ciência estaria resgatando na atualidade o papel do *Homo novus*, homem único em que corpo e espírito são um só (SFEZ, 1996), ideia monista de corpo e espírito que parece perpassar de modo decisivo a concepção das Neurociências.

Para Russo e Ponciano (2002), as descobertas das Ciências do Cérebro podem estar indicando uma nova compreensão não reducionista e não estritamente determinista de humanidade a partir do paradigma naturalista inaugurado por Darwin no Século XIX. Não se trataria, assim, de reducionismo de questões sociais mais complexas às questões biológicas, mas, sim, de complexificação do conhecimento sobre como somos a partir da ciência. Ortega (2008, p. 50), também entende que a importância da corporeidade na formação da subjetividade levada a cabo pelas Neurociências pode possibilitar novas descrições alternativas do psiquismo: “abrem-se novas vivências subjetivas e formas de ser-no-mundo e de ser-com-o-outro, para serem testadas e avaliadas [...] cabe a nós torná-las práticas de liberdade e não de sujeição”.

Contudo, na esfera do *Sujeito Cerebral*, por um lado somos produzidos mutuamente de modo objetivado por verdades científicas; por outro, formamos e idealizamos

nossos próprios modelos de “si-mesmo” a partir de fatos da ciência popularizados pela mídia (ORTEGA, 2008). É por meio de uma perspectiva naturalizada e cerebralizada de *humano* que passamos cada vez mais a nos experimentar, descrever e interpretar a nós mesmos como sujeitos cerebrais. E isso também se refere à nossa concepção de corpo.

Dumit (2004) denomina este fenômeno de *self objetivo*, ou seja, surgimento de modos de subjetivação “objetivados” pelos saberes e pelas práticas da ciência. Segundo ele, tal noção remete a uma compreensão de subjetividade que tem, como ponto de partida, discursos técnicos, científicos e médicos sobre a objetividade, ou seja, refere-se a uma “subjetividade objetivada”. Nessa forma de compreensão de “si mesmo”, a perspectiva fenomenológica e subjetiva da primeira pessoa é reduzida à perspectiva em terceira pessoa, expressa mediante tecnologias médicas e discursos e práticas objetivantes. Ou seja, nesta perspectiva o *si-mesmo*, o *eu*, ou ainda o *self*, é reduzido a *ele*, neste caso, o *cérebro*.

O racismo como tecnologia de biopoder e a ascensão do *Homo cerebralis*

No assim denominado biopoder, é em nome da vida de todos que se fabricam as guerras; *mata-se* o Outro para *fazer viver* a nós. Mas quem seria, então, esse Outro? É justamente aí que para Foucault (1999) passa a se fortalecer a noção de “racismo” como um elemento central na constituição do biopoder do Século XIX. Na obra *Em defesa da sociedade*, o autor trata de modo bastante detalhado sobre o surgimento do “racismo de Estado”, ou seja, um racismo que determinada sociedade vai exercer sobre

ela mesma e que será uma das dimensões fundamentais da normalização social.

Foucault (1992) identifica no final do Século XVIII um movimento de deslocamento do pensamento ocidental da “História Natural” para a “Biologia”, ou seja, uma passagem das observações externas, classificações e distribuições das espécies para um foco nas tessituras internas dos organismos e as relações entre organismos, suas estruturas e coerências anatomofuncionais. Conforme Silva (2009), essa mudança de paradigma abriu caminho para o estabelecimento das relações entre hereditariedade, inteligência e comportamento moral, defrontando-se contra o ideal de igualdade iluminista herdado da Revolução Francesa: “a raça e o racismo se nutrem de um debate que visava, por um lado, desnaturalizar os postulados da igualdade e unidade humanas e, por outro, naturalizar as diferenças a partir do biodeterminismo” (SILVA, 2009, p. 29).

Desse modo, desde o Século XVIII a espécie humana passa a ser objeto de investigação antropológica sistemática quanto à sua tipologia biológica no quadro dos seres vivos. A distância entre os homens, destaca o autor, passa a ser medida não apenas pelo espaço geográfico, mas também pela distinção de tempo, o “tempo evolucionário”:

Os negros, por exemplo, eram libertados do estatuto racial de escravo para serem aprisionados biologicamente no estatuto racial de inferioridade. A coexistência com o branco, implicava agora não uma relação vertical em relação ao direito, mas sim uma temporalidade. Como inferiores na escala evolutiva, representavam o passado no presente. A história não mais os pertencia, eram anacrônicos, resíduos de um tempo primitivo, disjuntivo (SILVA, 2009, p. 24).

Foucault (1999) identifica duas singularidades do período que possibilitaram o surgimento do racismo estatal: primeiramente, ao produzir cisões e fragmentações no interior do contínuo biológico, a teoria racista passa a constituir-se como um modo de defasar uns grupos em relação aos outros no interior da mesma população; segundo, o racismo vai permitir estabelecer um nexo entre a vida de um e a morte de outro não como uma relação do tipo “guerreira”, mas sim como uma relação do tipo “biológica”, perfeitamente conciliável com exercício do biopoder. Nessa perspectiva, a morte do outro, da raça considerada “ruim”, “inferior” e do “anormal” vai deixar a vida mais “sadia” e mais “pura”⁴.

Assim, as diferenças naturais entre os seres humanos deixam de ser consideradas diferenças na essência humana, tornando-se, assim, diferenças entre seres “essencialmente” diferentes: “elas são então tidas como insuperáveis, tidas como absolutas e tanto mais insuperáveis por estarem gravadas de uma vez por todas na *natureza*” (WOLFF, 2012, p. 263, grifo do autor). Nessa perspectiva, Wolff aponta que a menor diferença entre o Nós e Outro é vista como sinal de uma oposição essencial: “um abismo separa o próprio do estrangeiro, os super-homens dos que são menos que animais” (WOLFF, 2012, p. 264).

Nesse contexto de racismo estatal e de escrutínio do corpo em busca de nossa verdade, o destaque ao cérebro adquire uma escala sem precedentes. As explicações cerebralistas emergiram justamente na esteira do biopoder e do racismo

⁴ Essa concepção pode ser mais bem compreendida no seguinte pensamento explicitado por Foucault: “quanto mais espécies inferiores tenderem a desaparecer, quanto mais os indivíduos anormais forem eliminados, menos degenerados haverá em relação à espécie, mais eu – não enquanto indivíduo, mas enquanto espécie – viverei, mais forte serei, mais poderei proliferar” (FOUCAULT, 1999, p. 305).

estatal característicos do Século XVIII, e passou a surgir um conjunto de correntes de pensamento de cunho determinista denominadas “localizacionistas”. Contexto que remete, conforme Michael Hagner, à noção de *Homo cerebralis*, figura antropológica que corresponde à busca pela transformação do cérebro como *locus* da alma para órgão do *self* pela ciência ao longo do século XIX (VIDAL, 2011).

Ciências como a Organologia, a Frenologia (que foi uma derivação da primeira), a Fisiognomia e a Craniometria buscavam explicar e evidenciar aspectos morais da experiência e dos grupos humanos através do estabelecimento de medidas corporais e do crânio, além de divisões funcionais do córtex (GOULD, 2014; AZIZE e CARVALHO, 2011). Popularizava-se entre os cientistas a antropometria, medição de ossos, crânios e cérebros, que por meio de comparações pretendiam confirmar a inferioridade de determinados segmentos sociais e raciais da população. Ficaram famosas, na época, as teses de Samuel Morton, Franz Joseph Gall, Paul Broca e Cesare Lombroso (GOULD, 2014).

Samuel Morton, adepto da craniometria e entusiasta da denominada *poligenia*⁵, empenhou-se em confirmar sua hipótese de que uma hierarquia racial poderia ser estabelecida a partir das características físicas do cérebro, particularmente no que se refere ao seu tamanho. Durante 30 anos,

5 Conforme Gould (2014), a poligenia é uma teoria surgida no Estados Unidos do século XIX e teve em Louis Agassiz e Samuel George Morton os seus principais defensores. Contrapondo a versão bíblica e concepção monogenista de que todas as raças descendiam de um mesmo “Adão”, a poligenia advogava a doutrina do “Adão múltiplo”, na qual as raças humanas eram consideradas “espécies biológicas separadas” e constituíam uma outra forma de vida, não cabendo então a uma ideia de igualdade entre os homens. A poligenia chegou a receber apoio e atenção de cientistas europeus, sendo denominada “escola antropológica americana”.

chegou a agrupar mais de mil crânios, a maior coleção do mundo à época. As palavras de Louis Agassiz, outro poligenista do período, são esclarecedoras sobre o que entendia como uma investigação objetiva da História Natural:

Na Terra existem diferenças raças de homens, habitando diferentes partes de sua superfície e apresentando diferentes características; e este fato... impõe-nos a obrigação de determinarmos a hierarquia relativa entre essas raças, o valor relativo do caráter próprio a cada uma delas, de um ponto de vista científico... como filósofos, é dever encarar de frente esta questão (AGASSIZ, 1850, p. 142 apud GOULD, 2014, p. 34).

Sobre os dados das pesquisas empreendidas por Morton e Agassiz, Gould (2014, p. 42) faz uma irreverente e desqualificadora análise: “é desnecessário dizer que esses dados coincidem com os preconceitos de todo o bom ianque: os ianques acima, os índios no meio, e os negros abaixo, e, entre os brancos, os teutônicos e os anglo-saxões acima, os judeus no meio, e os indianos abaixo”. Na visão de Gould, faz sentido que uma nação que ainda praticava a escravidão e expulsava os aborígenes de suas terras tenha favorecido o desenvolvimento de teorias que sustentavam que os negros e os índios eram espécies à parte, inferiores aos brancos.

Paul Broca redimensiona a teoria das localizações cerebrais, afirmando que a ciência frenológica deveria ser voltada para o exame das circunvoluções cerebrais e não de protuberâncias cranianas (GOULD, 2014). Broca foi considerado um dos mestres da Craniometria, desenvolvendo uma teoria considerada mais sofisticada sobre o tema. A partir de sua tese localizacionista, acreditava poder provar que o tamanho do cérebro indicava grau de inteligência, comprovando assim as generalizações racistas e sexistas que o orientavam: a ideia de que o cérebro dos indivíduos bran-

cos do sexo masculino pertencentes às classes dominantes era maior do que as mulheres, dos pobres e das raças consideradas inferiores⁶. Nas décadas de 1860 e 1870, a partir da teoria de Broca, já se encontrava em plena elaboração uma refinada teoria das localizações cerebrais apoiada no registro das análises neurofisiológicas. Esta teoria chegaria à conclusão de que o cérebro é, simplesmente, o órgão da mente, abrindo assim caminho para uma ciência e uma filosofia fisicalistas da mente (BARRETO, 1998).

Já a Antropologia Criminal de Cesare Lombroso foi um projeto baseado numa aliança entre a velha tradição da frenologia de Gall e a craniometria de Broca, orientadas por uma versão peculiar de uma teoria evolucionária de cunho racista e expressa na mesma linguagem da teoria da “degenerescência”, na qual a associação entre hereditariedade e crime era comumente admitida (GOULD, 2014). Conforme Gould (2014), a originalidade da teoria de Lombroso e de sua antropometria frenológica do criminoso foi a interpretação que imprimiu à teoria evolucionista, definindo os criminosos como tipos “atávicos”, ou seja, indivíduos desafortunados, marcados pela persistência de traços ancestrais físicos e mentais e reconhecíveis pela presença de sinais anatômicos anômalos: os denominados “estigmas”.

As teses biodeterministas de Lombroso tornaram-se célebres em 1885 na ocasião do I Congresso de Antropologia

⁶ Sobre a questão, Paul Broca de antemão considerava evidente a supremacia do homem branco, partindo para as análises imbuído desta concepção: “Superamos facilmente o problema selecionando, para a nossa comparação dos cérebros, raças cujas desigualdades intelectuais não deixam lugar a dúvidas. Assim, a superioridade dos europeus em relação aos negros africanos, os índios americanos, os hotentotes, os australianos e os negros da Oceania é suficientemente certa para servir como ponto de partida para comparação dos cérebros” (BROCA, 1861, p. 176 *apud* GOULD, 2014, p. 81).

Criminal, realizado em Roma. Para Silva (2009) é fato que o racismo lombrosiano e sua abordagem determinista moldaram de certo modo o imaginário ocidental até pelo menos o final da II Guerra Mundial, com rastros visíveis ainda nos dias atuais:

o alcance do racismo científico do período oitocentista é notável. Longe de ser um assunto circunscrito à academia e associações científicas, o biodeterminismo se tornou mote de inúmeras reformas em termos jurídicos, médico-legistas, psiquiátricas, entre outras (SILVA, 2009, p. 43).

Como resultado dessa ressignificação ético-moral e política a partir do cérebro, Ortega (2009) aponta a persistência no Século XX da busca da inscrição neural de criminalidade, genialidade ou loucura, que se estende desde a Antropologia Física e racial oitocentista até, por exemplo, o escrutínio dos cérebros de Lênin, Einstein ou ainda da terrorista alemã da Facção do Exército Vermelho (RAF, na sigla em alemão) Ulrike Meinhof, na procura da genialidade ou da propensão para o terrorismo.

Para Michel Foucault, a ideia de purificação e eliminação das raças, levada às últimas consequências no programa político do *III Reich* na Alemanha nazista, está fundamentalmente ligada a uma tecnologia de poder: “um mecanismo que permite o biopoder exercer-se” (FOUCAULT, 1999, p. 309); um modo pelo qual os Estados modernos se utilizaram para exercer seu poder soberano. Mbembe (2018, p. 30) faz um alerta importante:

No fim, pouco importa que as tecnologias que culminaram no nazismo tenham sua origem na plantation ou na colônia, ou, pelo contrário – a tese foucaultiana –, que nazismo e stalinismo não tenham feito mais do que ampliar uma série de mecanismos que já existiam nas formações so-

ciais e políticas da Europa ocidental (subjugação do corpo, regulamentações médicas, darwinismo social, eugenia, teorias legais sobre hereditariedade, degeneração e raça). Um traço persiste evidente: no pensamento filosófico moderno, assim como na prática e no imaginário político europeu, a colônia representa o lugar em que a soberania consiste fundamentalmente no exercício de um poder à margem da lei (*ab legibus solutus*) e no qual a “paz” tende a assumir o rosto de uma “guerra sem fim”.

Como o afirma Mbembe, é preciso buscar a gênese do biopoder na colonização, na *plantation*, uma vez que o paradigma biopolítico do Ocidente tem suas raízes na escravização e no diagrama de extração da força de trabalho e na objetificação do negro, ainda que desemboque no campo de concentração nazista e nos campos de exclusão europeus atuais.

Para Barreto (1998), essa constelação de teorias e discursos fez do Século XIX “o século da Ciência Natural”, época em que foi levado a cabo de modo radical um determinado projeto, que visava, em última análise, a buscar “reconhecer na natureza os traços presentes na fisionomia do homem como agente moral” (BARRETO, 1998, p. 99). A busca por esse reconhecimento da moralidade a partir da primazia do biológico iria reaparecer de um modo diferente, a partir de um olhar molecularizado a partir de meados do século seguinte, configurando assim uma nova “biopolítica”.

Cabe destacar, que as Neurociências na atualidade têm proposto também uma leitura do psiquismo de base inteiramente biológica, em que uma “economia bioquímica” dos neurotransmissores poderia explicar as particularidades do psiquismo e da subjetividade (BIRMAN, 1999). Tal concepção reduz o funcionamento psíquico ao funcionamento

cerebral, interpretando-o e representando-o a partir de uma linguagem neuroquímica. No discurso contemporâneo da Psiquiatria Biológica ou Neuropsiquiatria, mais hegemônico na atualidade, os transtornos da mente e as condutas indesejadas vêm progressivamente sendo compreendidos como doenças *do* cérebro e localizáveis *no* cérebro. Essa nova concepção tem difundido uma equalização entre estatuto cerebral, estatuto mental e a personalidade dos sujeitos – sendo os dois últimos submetidos ao primeiro⁷. A lógica de tais modalidades psiquiátricas se sustenta em um substrato de aparente verdade científica de um lado, e por outro lado, se constituem como um ataque as vertentes da Psicologia e da Psicanálise que se apoiam na subjetividade e no inconsciente.

Não obstante, o sucesso das novas tecnologias de visualização médica tem conferido um destaque à interioridade do corpo que não encontra precedentes históricos nas sociedades conhecidas. A hipótese de Ortega (2008) é que esse processo de tornar visível o interior do corpo deve ser entendido dentro de uma transformação cultural e social mais geral, dentro de uma *cultura somática* ou, mais especificamente, dessa “virada somática da subjetividade” que tem deslocado para a exterioridade o modelo internalista e intimista de construção de si. Essa cultura da “visibilidade total” é elemento fundamental da *cultura somática*, na qual são expressamente abolidas as distinções entre interior-exterior, corpo-alma, essência-aparência, mente-cérebro,

⁷ Conforme Ortega e Zorzanelli (2010), é necessária uma distinção entre as noções de cérebro e mente, no intuito de melhor compreender o que significa a operação de equacionar um no outro. Segundo os autores, o cérebro é o órgão fundamental do sistema nervoso, que oferece suporte biológico para a coleta de informações do ambiente e para a produção de respostas adequadas. Já a mente seria o conjunto de funções superiores do cérebro, como a memória, a inteligência, a emoção e o pensamento, cujo funcionamento daria particularidade aos indivíduos.

acarretando consequências por vezes bastante problemáticas, como veremos a seguir (ORTEGA, 2008).

Em *A falsa medida do homem*, Stephen Jay Gould (2014) tece duras críticas ao determinismo biológico que levou ao racismo e ao eugenismo na ciência no Século XIX, visando a desfazer, assim, o mito da ciência como uma “empresa objetiva”, “que se realiza adequadamente apenas quando os cientistas conseguem libertar-se dos condicionamentos de sua cultura e encaram o mundo como realmente é” (GOULD, 2014, p. 4).

As teses do determinismo biológico do Século XIX e início do Século XX advogavam a ideia de que o valor dos indivíduos e dos grupos sociais era determinado por uma medida específica (como, por exemplo, do corpo, do crânio, da inteligência). Gould confia que sua inspiração de refletir sobre o tema do determinismo biológico se deve ao fato de este estar crescendo em popularidade, fenômeno que vê como comum em tempos de retrocesso político:

Com a habitual profundidade, começa a circular de festa em festa os comentários sobre a agressividade inata, as funções específicas de cada sexo, e o macaco nu. Milhões de pessoas estão começando a suspeitar que seus preconceitos sociais são, afinal de contas, fatos científicos. Entretanto, esse ressurgimento do interesse pelo tema não deriva da existência de novos dados, mas da sobrevivência desses preconceitos latentes [...] vivemos num mundo de diferenças e predileções humanas, mas extrapolar esses fatos para transformá-los em teorias de limites rígidos constitui ideologia (GOULD, 2014, p. 13).

As palavras de Stephen Jay Gould reportam-se ao ano de 1991, quando escreveu o livro. Ainda infelizmente não poderiam ser mais atuais e oportunas para descrever o contexto que vivemos no Brasil de hoje, onde mensagens de

ódio e preconceito têm se tornado comuns nas chamadas redes sociais. Vivemos a singularidade de um momento de instabilidade política marcado pelo retrocesso significativo de direitos, incluindo aí o recrudescimento do discurso de ódio e de preconceito de classe, de gênero e de raça. As palavras do cientista político Roberto Amaral vão justamente neste sentido: “O Brasil está assistindo ao crescimento de uma onda conservadora e autoritária, de cunho fascista, que pode lançar o País em um grave retrocesso político, econômico e social nos próximos anos”, refere, em entrevista⁸ ao jornal *Sul21*, no dia 26 de julho de 2015.

Estampada na página eletrônica do veículo de comunicação *Sul21*, a seguinte manchete: *Na USP, professor defende tese de que negros africanos têm QI menor que europeus*⁹. O conteúdo da reportagem refere-se à defesa realizada em uma aula de Pós-Graduação pelo professor britânico Peter Lees Pearson, do Instituto de Biociências da Universidade de São Paulo (USP), na qual advoga a tese de que os negros africanos têm um coeficiente de inteligência menor do que europeus ou asiáticos. O polêmico episódio teria como base o artigo *James Watson's mostly inconvenient truth: Race realism and moralistic fallacy*, de autoria de J. Philippe Rushton e Arthur R. Jensen. O ocorrido gerou uma veemente nota de repúdio do grupo de alunos intitulado *Ocupação Preta*¹⁰.

8 Disponível em: <<http://www.sul21.com.br/jornal/estamos-vendo-o-desenvolvimento-de-um-embriao-fascista-no-brasil-diz-roberto-amaral>>. Acesso em: 26 jul. 2015.

9 Disponível em: <<http://www.sul21.com.br/jornal/na-usp-professor-defende-tese-de-que-negros-africanos-tem-qi-menor-que-europeus>>. Acesso em: 24 abr. 2015.

10 Disponível em: <<http://www.sul21.com.br/jornal/na-usp-professor-defende-tese-de-que-negros-africanos-tem-qi-menor-que-europeus>>. Acesso em: 24 abr. 2015.

Integrante da chamada “Nova Eugenia”, James Watson é considerado um dos maiores cientistas do Século XX. Descobridor da estrutura de dupla hélice do DNA e ganhador do Nobel de Medicina em 1962, tornou-se notório também pelas ideias e proposições eugenistas e racistas, sendo dele a declaração: “todas nossas políticas são baseadas no fato de que a inteligência deles [dos negros] é igual à nossa, apesar de todos os testes dizerem que não. Pessoas que já lidaram com empregados negros não acreditam que isso [a igualdade de inteligência] seja verdade”¹¹.

Oportunamente, Silva (2009, p. 58) afirma que, se a raça não passa de um construto social e de um “delírio que estruturou a cartografia mental do Ocidente”, por outro lado, “o racismo existe, e sendo assim é preciso rediscutir a raça e suas possibilidades políticas quando não pretensamente científicas”. Esse exemplo talvez nos indique que, mesmo em pleno Século XXI, seja demasiadamente precipitado considerar o tema do racismo científico como algo superado; é preciso, como bem nos lembra Foucault, desconstruir a ideia de “progresso”, seja ele da ciência ou mesmo da própria humanidade. O discurso é um campo de lutas sempre aberto a investimentos de poder-saber: em tempos de retrocesso político e de fomento a discursos racistas, misóginos, homofóbicos e xenófobos, há uma certa racionalidade envolvida na retomada de enunciados racistas e eugenistas nos ambientes acadêmicos brasileiros.

Para Barreto, a imagem fisicalista da vida mental como uma verdade ou evidência científica, como exemplificado pelo discurso dos pesquisadores em questão, está submetida a um

11 Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/ciencia/2007/10/338087-nobel-james-watson-e-suspenso-de-laboratorio-americano.shtml>>. Acesso em: 25 abr. 2015.

determinado enquadre ideológico, ou seja, a ideologia “de que só o que existe é o que pode ser visualizado, isolado, medido, verificado, regulado por lei e predito” (BARRETO, 1998, p. 125). Contudo, Santos adverte que não é através do conhecimento ou da técnica que emergirá “a verdade obscura e silente dos corpos através de inúmeros esquadrinhamentos”. Como recorda o autor, a própria “verdade” da biologia também é uma “construção social”, que só passa a ter sentido a partir do modo como falamos dela (SANTOS, 2012, p. 191).

Considerações finais

O *sujeito cerebral* nos parece remeter a uma forma de vida humana que está relacionada a um específico projeto de governo, e a uma determinada tecnologia de si que dá sequência ao projeto colonial por outros meios tecnológicos. Um discurso de verdade que se liga definitivamente ao sujeito – assujeitando-o –, no intuito de manter a pleno funcionamento a engrenagem da máquina abstrata do bio-necropoder contemporâneo, o diagrama de relações de forças em voga em nosso tempo: um discurso verdadeiro e a constituição de autoridades legítimas; a configuração de determinados jogos de poder e práticas de intervenção em nome da existência vital; práticas de si e modos de subjetivação objetivados por um poder-saber.

Nesta forma de vida, os sujeitos são levados – por vezes forçados, por vezes seduzidos – assujeitados a interpretar, compreender e descrever a si mesmos como *sujeitos cerebrais* e como *humanos demasiado orgânicos*. Neste prisma, assumir-se como empreendedor de sua própria existência biológica é uma conduta ética, um dever moral e um devir utópico que orienta as vidas humanas.

Mas algo mais se acresce, nessa mutação subjetiva.

A época, manifestamente, busca se liberar do inconsciente. Suas margens erógenas, os circuitos pulsionais e a matéria significante apontam para uma era que não quer saber nada da perda, da dívida, nem mesmo da autoridade. Gozar é acumular, certo, mas sobretudo dispende, evacuar e dilapidar. Mas é também uma época caracterizada pela recusa da última palavra. A esfera pública remete a esse lugar impossível, receptáculo de autorretratos impossíveis. Uma nova psicologia das massas se desenha, pois, e com ela uma nova forma política, a dos afetos (MBEMBE, 2021, p. 87).

Então o que significa, dado o contexto tecnólata e algorítmico, patriarcal e falocêntrico, governar? “Governar é, em cumplicidade com o capital, produzir estruturas do desejo e dos modos de gozar” (MBEMBE, 2021), responde Mbembe. Mas governar é também instaurar novas categorias na divisão do mundo (excedentários racializados, errantes, insolventes, infectados, vulneráveis), e, portanto, desenhar novas fronteiras e mecanismos de triagem e seleção, de elitização e desqualificação. E, sobretudo, como o sugeriu Foucault ao ressaltar a moldagem política da espécie humana, e as contribuições de Mbembe, trata-se de fraturar, fissurizar, esgotar e desmantelar o corpo humano a fim de disponibilizá-lo, como matéria e energia, para uma reformatação da espécie, num experimento que o moldaria e o submetteria aos mecanismos capitalísticos e bélicos de punção e extorsão da vida cujos limites mal vislumbramos.

Para além da pauta ontológica o psiquiatra martinicano Frantz Fanon já alertava para a necessidade de que a luta anticolonial estivesse articulada a uma pauta revolucionária, a ontologia articulada a uma cosmologia. A atrocidade do

poder colonial consiste em produzir uma fratura que seja a um só tempo social e psíquica, que torne essa articulação entre ontologia e cosmologia impossível (SOUZA, 2022).

A colonialidade tem a função de impedir que seja formulada um desejo por um outro mundo. Agenciando que nos ocupemos em sobreviver e gritar por reconhecimento. Nossas pautas históricas correm atrás do rabo, permanecendo aprisionada girando em torno das feridas narcísicas. A brutalidade do poder colonial consiste em promover uma fratura no campo social que faça com que a ferida narcísica não tenha como ser curada, pois a humilhação e a aniquilação se tornam incessantes, diárias e permanentes.

A modulação que parte do pensamento neurocientífico parece apontar na direção de reduzir as subjetividades à matéria, de patologizar as condutas humanas, de biologizar as questões sociais ou de submeter valores morais a constantes neurobiológicas. Eis um importante combate de nosso tempo: recusar modos totalitários e reducionistas de compreensão do que somos, como somos, e principalmente, que mundo queremos.

Nossa aposta é de que precisamos produzir um reencontamento com a natureza e das subjetividades a partir de uma somático-poética pautada em outras cosmologias muito mais inclusivas e favoráveis a vida.

Referências

AZIZE, R. L. Uma neuro-weltanschauung? Fisicalismo e subjetividade na divulgação de doenças medicamentos do cérebro. **Mana**, v. 14, n. 1, pp. 7-30, 2008.

AZIZE, R. L. O cérebro como órgão pessoal: uma antropologia de discursos neurocientíficos. **Trabalho, Educação e Saúde**, v. 8, n. 3, pp. 563-574, 2010.

AZIZE, R. L.; CARVALHO, M. C. “Você conhece bem o seu cérebro?”: pessoa e divulgação neurocientífica. In: SANTOS, L. H. S.; RIBEIRO, P. R. C. (Orgs.). **Corpo, gênero e sexualidade: instâncias e práticas de produção nas políticas da própria vida**. Rio Grande: FURG, 2011. Pp. 59-66.

BARRETO, J. **O besouro dentro da caixa: reflexões sobre o projeto moderno de naturalização da mente**. [Dissertação de Mestrado]. Rio de Janeiro: UERJ, 1998.

BEZERRA JUNIOR, B. **Freud e as Neurociências: Projeto para uma psicologia científica**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

BIRMAN, J. **Mal-estar na atualidade: a psicanálise e as novas formas de subjetivação**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

DAMÁSIO, A. **E o cérebro criou o homem**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

DUMIT, J. **Picturing personhood: brain scans and biomedical identity**. Princeton: Princeton University Press, 2004.

EHRENBERG, A. O Sujeito Cerebral. **Psicologia Clínica**, v. 21, n. 1, pp. 187-213, 2009.

FOUCAULT, M. **Em defesa da sociedade: curso no Collège de France (1975-1976)**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

- FOUCAULT, M. **As palavras e as coisas**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.
- GOULD, S. J. **A falsa medida do homem**. São Paulo: Martins Fontes, 2014.
- LISBOA, F. S.; ZORZANELLI, R. T. Metáforas do cérebro: uma reflexão sobre as representações do cérebro humano na contemporaneidade. **Physis**, v. 24, n. 2, pp. 363-379, 2014.
- MBEMBE, A. **Brutalismo**. São Paulo: n-1 Edições, 2021.
- MBEMBE, A. **Crítica da razão negra**. São Paulo: n-1 Edições, 2019.
- MBEMBE, A. **Necropolítica**. São Paulo: n-1 Edições, 2018.
- MBEMBE, A. **Políticas da Inimizade**. Lisboa: Antígona Edições. 2017.
- ORTEGA, F. Neurociências, neurocultura e auto-ajuda cerebral. **Interface**, v. 13, n. 31, pp. 247-260, 2009.
- ORTEGA, F. **O corpo incerto: corporeidade, tecnologias médicas e cultura contemporânea**. Rio de Janeiro: Garamond, 2008.
- ORTEGA, F.; ZORZANELLI, R. **Corpo em evidência: a ciência e a redefinição do humano**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- PELBART, P. P. Biopolítica e Brutalismo em chave estratégica. **INTERthesis**, v. 17, pp. 1-10, 2020.
- RABINOW, P.; ROSE, N. O conceito de biopoder hoje. **Revista de Ciências Sociais**, n. 24, pp. 27-57, 2006.
- RIBEIRO, S. Tempo de cérebro. **Estudos Avançados**, v. 27, n. 77, pp. 7-22, 2013.

ROSE, N. **A política da própria vida: biomedicina, poder e subjetividade no Século XXI**. São Paulo: Paulus, 2013.

ROSE, N. Como fazer a história do self? In: ROSE, N. **Inventando nossos selfs: psicologia, poder e subjetividade**. Petrópolis: Vozes, 2011. Pp. 39-64.

ROSE, N.; ABI-RACHED, J. **Neuro: the new brain sciences and the management of the mind**. Princeton: Princeton University Press, 2013.

RUSSO, J.; PONCIANO, E. O sujeito da neurociência: da naturalização do homem ao reencantamento da natureza. **Physis**, v. 12, n. 2, pp. 345-373, 2002.

SANTOS, L. H. S. O dispositivo de (bio)medicalização, as Neurociências & o currículo na produção de corpos medicalizados na escola contemporânea. In: PARAÍSO, M. A.; VILELA, R. A.; SALES, S. R. (Orgs.). **Desafios contemporâneos sobre currículo e escola básica**. [Volume 1]. Curitiba: CRV, 2012. Pp. 181-204.

SFEZ, L. **A saúde perfeita: crítica de uma nova utopia**. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

SILVA, M. L. Ciência, raça e racismo: caminhos da eugenia. In: SILVA, M. L. (Org.). **Ciência, raça e racismo na modernidade**. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2009. Pp. 13-62.

SOUZA, T. P. **O controle do devir quilombo das favelas: colonialidade, neoliberalismo e guerra às drogas**. Salvador: ABRASCO, 2022 (no prelo).

VIDAL, F. O Sujeito Cerebral: um esboço histórico e conceitual. **Polis e Psique**, v. 1, n. 1, pp. 169-190, 2011.

WOLFF, F. **Nossa humanidade: de Aristóteles às neurociências**. São Paulo: Unesp, 2012.